

ARMANDO BOITO JR.

*Reforma e crise  
política no Brasil*

Os conflitos de classe  
nos governos do PT

EDITORIA  
UNICAMP



editora  
unesp

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
-------------------	---

## PARTE I

### REFORMA E CLASSES SOCIAIS NOS GOVERNOS DO PT

1. ESTADO, BURGUESIA E NEOLIBERALISMO NO GOVERNO LULA.....	19
2. GOVERNOS LULA: A NOVA “BURGUESIA NACIONAL” NO PODER.....	55
3. AS BASES POLÍTICAS DO NEODESENVOLVIMENTISMO.....	99
4. O LULISMO, O POPULISMO E O BONAPARTISMO.....	121
5. NEODESENVOLVIMENTISMO, CLASSES SOCIAIS E POLÍTICA EXTERNA NOS GOVERNOS DO PT.....	155
6. O NEODESENVOLVIMENTISMO E A RECUPERAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO.....	183

## PARTE II

### NATUREZA E DINÂMICA DA CRISE POLÍTICA DO *IMPEACHMENT*

7. A CRISE POLÍTICA DO NEODESENVOLVIMENTISMO E A INSTABILIDADE DA DEMOCRACIA.....	211
--	-----

8. ESTADO, INSTITUIÇÕES ESTATAIS E PODER POLÍTICO NO BRASIL .....	223
9. LAVA JATO, CLASSE MÉDIA E BUROCRACIA DE ESTADO.....	253
10. A CRISE DO NEODESENVOLVIMENTISMO E DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF .....	265
11. POR QUE FOI FRACA A RESISTÊNCIA AO GOLPE DE 2016?.....	289
APÊNDICE – EXISTE UMA BURGUESIA INTERNA NO BRASIL? RESPOSTA A UM CRÍTICO .....	303

## APRESENTAÇÃO

Este livro está dividido em duas partes. Na primeira, analisamos os governos do PT, as forças políticas que apoiaram e as que combateram esses governos, suas ideologias e seus programas, as instituições e os conflitos institucionais que marcaram o período, bem como a inserção dos movimentos sociais nas sucessivas conjunturas. Na sua segunda parte, o livro trata da natureza e da dinâmica da crise política que redundou na deposição de Dilma Rousseff em 2016. A despeito de os artigos tomarem por objeto temas ou subtemas variados e específicos, o conjunto forma uma unidade e oferece ao leitor um quadro analítico geral, evidentemente sujeito à crítica, da política brasileira dos anos recentes. Isso porque são as teses que desenvolvemos sobre a organização do poder político no Brasil, isto é, sobre o bloco no poder, que é o tema central dos três primeiros artigos do livro, que servem de base para a análise dos demais temas: os conflitos de classes que abalaram a política brasileira contemporânea, as relações de tais conflitos com as instituições do Estado, as raízes sociais da luta entre o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo, a crise política do *impeachment* – e também de temas mais específicos como o movimento sindical e a política externa durante os governos do PT. Os artigos que compõem o livro são o resultado da pesquisa que desenvolvi, juntamente com outros colegas, no projeto coletivo de pesquisa “Política e classes sociais no capitalismo neoliberal”. Esse projeto, por mim coordenado, obteve o financiamento

da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) na rubrica Projeto Temático e desenvolveu-se entre 2011 e 2015.<sup>1</sup>

O enfoque teórico adotado por nós vincula o processo político aos conflitos de classe, ou seja, vincula a política à economia e à sociedade. Uso a palavra *conflitos* e não *luta* de classes para designar a diferença que existe entre, de um lado, a disputa pela redistribuição da riqueza produzida, que não coloca em questão a organização capitalista da sociedade brasileira, e que é o que temos presenciado em grande escala no Brasil, e, de outro lado, a disputa em torno do modo, capitalista ou socialista, de organização social, ou seja, a luta de classes propriamente dita, confronto que não se desenvolveu no Brasil atual. Avaliamos que são os conflitos de classes, assim compreendidos, que estão no centro da prolongada crise política iniciada em 2015. Não julgamos que sejam apenas esses os conflitos ativos no Brasil. As lutas das mulheres, dos negros e dos movimentos LGBT tiveram presença significativa nas disputas políticas durante os governos do PT e na dinâmica da crise política aberta em 2015. O que entendemos é que os conflitos de classe foram o conflito principal de todo esse período.

O leitor pode se dar conta de que tais conceitos e teses inserem o nosso trabalho na tradição da teoria política marxista e o afastam do institucionalismo, que é, em suas variadas tendências, a orientação dominante na ciência política contemporânea. As correntes institucionalistas, em graus variados, separam a análise política da análise econômica e social, incorrendo numa concepção formalista do processo político. Isso não significa que os marxistas devam se abster de examinar as instituições políticas, a sua lógica de funcionamento e

---

<sup>1</sup> Os artigos foram escritos entre 2007 e 2017. Dois deles eram inéditos até agora, quatro deles foram publicados apenas no exterior – Argentina, Estados Unidos, França e Portugal – e os outros seis apareceram em diferentes revistas brasileiras.

os valores que presidem tais instituições. Neste livro o leitor encontrará pelo menos dois artigos que tratam especificamente das instituições políticas no Brasil. Dois deles, o oitavo e o nono capítulo, examinam o conflito institucional no seio do Estado como resultante de duas determinações: a proveniente da lógica de funcionamento dessas instituições e a proveniente do conflito envolvendo duas frações da burguesia e a fração superior da classe média.

Pela referência feita acima à relação do conflito institucional com o conflito de classes, já se pode notar que nossa análise recusa, ao falar de conflito de classes, que é um conflito distributivo, a oposição simples e simplificada capital/trabalho.

Em primeiro lugar, porque o capital, isto é, a burguesia encontra-se dividida, ainda que de modo flexível e até certo ponto instável, em frações que podem intervir, e intervieram no caso que analisamos, como forças sociais autônomas no processo político, ou seja, forças sociais dotadas de um programa político próprio. Na nossa análise, no período dos governos Lula e Dilma, foi justamente uma contradição entre frações burguesas que assumiu o posto de contradição principal do processo político brasileiro. Nossa tese é que a grande burguesia interna brasileira, que mantém uma relação ambivalente, de dependência e conflito, com o capital internacional, foi a fração burguesa hegemônica no bloco no poder durante os governos Lula e Dilma – principalmente depois da crise de 2005 e da substituição de Antonio Palocci por Guido Mantega no Ministério da Fazenda. A política econômica, externa e social do neodesenvolvimentismo expressava essa hegemonia – sem revogar o *modelo econômico* capitalista neoliberal, a *política* neodesenvolvimentista era distinta daquela defendida pelo capital internacional. Isso tudo contrasta com o bloco no poder do período FHC, no qual foi exatamente o capital internacional e a fração da burguesia brasileira a ele integrada que exerceram a hegemonia e graças à aplicação da plataforma política do neoliberalismo. Essas forças, nos governos do PT, foram des-

locadas para uma posição secundária no bloco no poder e atuaram, em decorrência disso, como oposição a esses governos. Aliás, essas mesmas forças voltaram a ocupar posição dominante com a substituição do governo Dilma pelo governo Temer. Ou seja, entramos numa época de restauração da hegemonia do capital internacional e da fração burguesa a ele integrada.

Em segundo lugar, a oposição simples capital/trabalho ignora a complexidade da estrutura de classes da sociedade brasileira e também a das demais sociedades capitalistas. Nossa análise, diferentemente, considera a classe média e suas frações, que intervieram de maneira ativa e massiva na crise política de 2015-2016; o campesinato e suas diferentes camadas, até porque cada uma dessas camadas recebeu tratamento diferenciado da parte dos governos do PT; os trabalhadores da massa marginal, que tiveram papel fundamental como classe-apoio – politicamente passiva, mas eleitoralmente decisiva – para os governos e candidatos do PT e – é claro – nossa análise considera também a classe operária estrito senso, cujo movimento sindical esteve politicamente dividido no período que analisamos. Os movimentos reivindicativos dessas classes, frações e camadas do campo popular tiveram um papel muito importante no processo político brasileiro de então. Contudo, na maior parte desse período, não foi a luta entre o capital e o trabalho, ou, como se tornou corrente afirmar, entre a “elite” e os trabalhadores, que ocupou a posição central no processo político brasileiro. Regra geral, os movimentos populares mantiveram-se no patamar da luta reivindicativa, segmentada, e, por isso, acabaram por se alojar num dos dois campos políticos em que se dividia a burguesia brasileira, o campo neodesenvolvimentista e o campo neoliberal, contribuindo assim para manter a contradição intraburguesa como contradição principal em torno da qual girava o conjunto do processo político brasileiro. Apenas na fase final da crise política, que poderíamos datar de dezembro de 2015, quando a Fiesp aderiu à campanha golpista, apenas então a